

COP12

06/11/2006

Começa no Quênia a Reunião da ONU sobre Mudanças Climáticas

Nairóbi, 6 nov (EFE).- A reunião da ONU sobre mudanças climáticas foi aberta hoje em Nairóbi com a defesa de mecanismos práticos de ajuda aos países pobres, especialmente os africanos, que lhes permitam adaptar-se às conseqüências do aquecimento global.

"A mudança climática é uma das maiores ameaças à humanidade, e põe em risco os objetivos de desenvolvimento de milhões de pessoas, especialmente nos países mais pobres", afirmou o presidente da conferência, o ministro do Meio Ambiente queniano, Kivutha Kibwana.

De acordo com Kibwana, "é muito possível que os avanços em direção à erradicação da pobreza obtidos até agora sejam varridos pelas conseqüências da mudança climática".

Pouco mais de 5.000 pessoas se registraram para participar, durante as próximas duas semanas em Nairóbi, capital do Quênia, do 2º Encontro dos Estados-parte do Protocolo de Kyoto (COP/MOP 2) e da 12ª Sessão da Conferência dos Estados-parte da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP 12).

A COP/MOP 2 tem a participação dos 166 países que ratificaram o Protocolo de Kyoto e a COP 12 conta com 189 Estados.

O Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, impõe às nações industrializadas limites obrigatórios de emissões de gases do efeito estufa (que provocam o aumento das temperaturas globais) visando a reduzi-las, entre 2008 e 2012, em 5,2% em relação aos níveis de 1990.

Apenas nove dos 400 projetos que já estão se beneficiando do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) previsto no Protocolo de Kyoto, ficam na África: quatro na África do Sul, três no Marrocos, um no Egito e outro na Tunísia, segundo comunicado da Comissão Européia (CE, órgão executivo da União Européia).

Mediante o MDL, os países industrializados financiam projetos que reduzem ou evitam as emissões nos países mais pobres, e, em troca, ganham créditos que podem ser utilizados para cumprir seus próprios objetivos de redução das emissões.

"A CE quer ver iniciativas em Nairóbi que promovam uma distribuição mais igualitária dos projetos", afirma o comunicado.

Outro dos resultados esperados da reunião é que os países aproveem a forma como deve ser administrado o chamado Fundo de Adaptação, mecanismo também previsto em Kyoto, que é nutrido pelo lucro com o MDL e financia projetos para que os países em vias de desenvolvimento se adaptem às conseqüências da mudança climática.

"Independentemente do sucesso que tenhamos em mitigar a mudança climática, também é preciso nos adaptarmos a seus efeitos, que já estão aqui", afirmou a finlandesa Outi Berghäll, representante da atual Presidência rotativa da União Européia.

As ONGs, por sua parte, exigiram que os países desenvolvidos dêem passos concretos para definir novos compromissos de redução das emissões dos gases de efeito estufa a partir de 2012, quando acaba o período coberto pelo Protocolo de Kyoto.

Na COP realizada no ano passado em Montreal, no Canadá, foi feito um acordo para iniciar "um processo para considerar compromissos posteriores".

"Maiores reduções são necessárias por parte dos países industrializados", disse Catherine Pearce, da ONG Amigos da Terra.

"É necessário que o processo seja rápido para que não haja um vazio entre o fim dos compromissos de Kyoto e os novos. É preciso agir rápido e superar a velocidade com a qual as geleiras estão derretendo", disse Steve Sawyer, do Greenpeace.

"O processo deve ser finalizado, no máximo, em 2008, a fim de que haja tempo de ratificá-lo, pois se ele estagnar, as gerações futuras não nos perdoarão", afirmou. EFE

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1339964-5602,00-COMECA+NO+QUENIA+A+REUNIAO+DA+ONU+SOBRE+MUDANCAS+CLIMATICAS.html>

06/11/2006

Mundo perdeu dez anos ao ignorar mudança do clima

ANA FLOR

colaboração para a Folha de s.Paulo, em Nairóbi

Representantes de 180 países se reúnem a partir de hoje em Nairóbi, Quênia, para negociar uma extensão do Protocolo de Kyoto, o acordo internacional contra as emissões de gases de efeito estufa que expira em 2012. O anfitrião do encontro é um alemão de 45 anos que nasceu e passou sua infância numa fazenda em Carazinho (RS): Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

O encontro, a 12ª COP (Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU, acontece num momento em que o aquecimento global parece ter ocupado um lugar de destaque no imaginário do público, tanto com o sucesso do filme "Uma Verdade Inconveniente", do ex-vice-presidente dos EUA Al Gore, quanto com novas evidências de que o fenômeno já está acontecendo e terá impactos econômicos graves.

A última delas foi o relatório divulgado pelo governo britânico na semana passada, que mostra que em 2050 a mudança climática poderá ter reduzido o PIB global em até 20%.

Já passava da hora, diz Steiner, ambientalista que deixou a chefia da IUCN (União Mundial para a Conservação) para assumir o Pnuma em junho. "Acredito que o mundo perdeu dez anos por não levar a questão das emissões tão a sério." Esses dez anos "vão nos custar muito", afirma, porque as emissões de carbono (o principal gás de efeito estufa) cresceram, inclusive em países pobres como a China e a Índia.

Em entrevista à Folha na sede do Pnuma, em Nairóbi, Steiner criticou os ambientalistas e elogiou o programa brasileiro de etanol. Leia a seguir:

FOLHA - Que decisões práticas se pode esperar do evento sobre clima que começa hoje?

ACHIM STEINER - Nós estamos em um processo sem precedentes de negociações intensas sobre como lidar com o fenômeno das mudanças climáticas. O encontro em Nairóbi deverá criar as condições para as negociações sobre o que irá acontecer a partir de 2012. Uma questão importante será adaptação. Não há mais dúvida de que mudanças climáticas estão ocorrendo. O ritmo e a escala das alterações são de uma magnitude tão grande que os países têm que aceitar, agora, que o amanhã não será como o ontem e que, da agricultura à infraestrutura, eles precisam pensar em um mundo no qual mudanças climáticas alteraram noções fundamentais sobre o

clima. Como se adaptar a essas mudanças é uma questão central em Nairóbi.

FOLHA - Existe a chance de este ser apenas um encontro simbólico?

STEINER - O tempo para simbolismos acabou. Este encontro acontece em um momento no qual o reconhecimento das mudanças climáticas atingiu os mais altos níveis. Existe a questão da herança histórica das emissões de carbono dos países industrializados, mas precisamos pensar que o futuro será diferente, porque um país como a China, por exemplo, é hoje o terceiro maior emissor de carbono. Países como o Brasil e a Índia, com uma indústria emergente, são agora parte do problema das emissões. A grande dificuldade em lidar com mudanças climáticas é a implicação econômica do que chamamos mitigação. Nairóbi é o último encontro antes de um processo de negociação sobre o que se fará a partir de 2012. Se não for um passo à frente, todo o processo atrasará.

FOLHA - Alguns cientistas dizem que nós atingimos um ponto sem retorno no clima mundial. Ainda é possível evitar o pior?

STEINER - Claro que sim. Podemos dizer que em algumas áreas nós atingimos um estágio sem volta ao concluir que as mudanças climáticas irão levar à extinção de algumas espécies e à perda de habitats. Por causa das variações climáticas, nós não poderemos mais utilizar parte das zonas costeiras que antes considerávamos perfeitamente passíveis de desenvolvimento. Apesar disto, não estamos em um nível no qual o mundo está condenado.

FOLHA - Qual a importância da Amazônia para evitar o aquecimento global?

STEINER - Por si só, a Amazônia não é a solução. Como "o pulmão da terra", como já foi chamada, a Amazônia continua a reunir os três elementos mais significantes que o planeta tem, com sua capacidade de seqüestro de carbono, biodiversidade e suas funções regulatórias do clima. O futuro da Amazônia é absolutamente importante, talvez mais do que se pensava há dez ou quinze anos.

FOLHA - Há alguns meses um grupo de empresários ingleses, e mais recentemente um ministro britânico, aventaram a idéia de privatizar a Amazônia como forma de salvá-la do desmatamento. O sr. concorda?

STEINER - Três questões fundamentais estão em jogo aqui. A primeira é a soberania. A segunda questão é até que ponto os instrumentos de mercado e esquemas de privatização são a forma mais eficiente de proteger a floresta. Em

terceiro lugar, a Amazônia não é apenas um pedaço de terra com árvores em cima. Ela é parte de uma economia, para as comunidades locais, para o setor agrícola brasileiro e até mesmo para toda a economia do país.

Eu considero simplista a idéia de "comprar e cercar". Ela não resolverá o problema. Mas os donos de terra e empresários podem ter um papel importante em expandir as possibilidades de proteger a Amazônia? Claro que sim. Nós aprendemos no século 20 que o sonho ambientalista de proteger os recursos naturais do planeta afastando as pessoas e evitando seu uso é um conceito ultrapassado. Nós precisamos criar soluções mais inteligentes. Há muitas maneiras de usar a Amazônia mantendo a integridade de seu ecossistema.

FOLHA - A passagem para um modelo economicamente sustentável não está sendo muito lenta?

STEINER - Estamos sendo muito lentos, estamos permitindo que os menores denominadores comuns nos limitem, não estamos levando suficientemente a sério as evidências à nossa frente, tudo isso é verdade. Mas os ambientalistas também têm sido muito lentos em reconhecer que o ambiente não é algo intrinsecamente superior a outros valores e prioridades no planeta. Alimentação, sobrevivência, religião, cultura, aspirações econômicas, todas as coisas que nós, como sociedade, valorizamos. A preservação do ambiente não pode se justificar apenas pelo argumento da ética ou da importância biológica. Precisamos utilizar nosso conhecimento ambiental para dar o benefício da variável econômica às pessoas que precisam fazer a difícil escolha de onde investir, o que utilizar ou não utilizar.

Uma das razões de tanta demora é o fato de que, se eu investir em proteger meus recursos naturais, eu carrego o custo, mas os benefícios serão globais. Por isso, o ambiente se tornou, mais do que qualquer outra área, uma questão globalizada. Em termos de inteligência humana, o tempo que estamos demorando é frustrante. Em termos históricos, 20 ou 30 anos para levar 192 nações a uma ação coletiva é um período incrivelmente curto. É preciso ser um realista pragmático para não se desiludir.

FOLHA - O Brasil tem desenvolvido um programa de biocombustíveis com sucesso. Isso pode ser tomado com um exemplo global?

STEINER - O Brasil fez duas coisas que são imensamente importantes. Tem uma política de promoção de combustíveis alternativos de longo prazo. Essa política se pagou, pois o Brasil é hoje um dos líderes no uso de etanol. Além disso, o Brasil fez outra coisa muito importante: popularizou o uso de múltiplos combustíveis na tecnologia que os veículos têm, fazendo com que os usuários não precisem fazer a escolha de abandonar a gasolina. O motor flex é uma idéia brilhante. O que o Brasil demonstrou com este exemplo é a possibilidade

de gerar um mercado para um novo combustível, com medidas que obriguem montadoras a oferecer automóveis flex. Na Europa, nem sequer conseguimos fazer algumas montadoras incluírem filtros de partículas em seus motores a diesel.

FOLHA - Algumas pessoas já chamam os biocombustíveis de "a gasolina do desmatamento"...

STEINER - Mais do que dizer que os biocombustíveis são uma opção incompatível com o ambiente, temos que trabalhar para descobrir como fazê-los parte da solução. Qualquer pessoa que diga que [biocombustíveis] são o nirvana do futuro está passando a mensagem errada. Mas, da mesma forma, eu não desencorajo a procura de novas opções aos combustíveis tradicionais. Esta é uma opção bastante real. Se temos mostrado que podemos mudar padrões não-sustentáveis de produção agrícola e industrial, vamos então trazer o melhor da ciência, engenharia e gerência de ecossistemas para achar um critério que seja uma solução.

FOLHA - Há progresso no combate ao desmatamento na redução das emissões de carbono?

STEINER - Acredito que o mundo perdeu dez anos por não levar a questão das emissões tão a sério. Esses dez anos vão nos custar muito, porque poderíamos ter reduzido muito mais [as emissões] se tivéssemos uma estrutura, um sistema, no qual nos basear. As emissões estão crescendo de maneira fenomenal, especialmente na China e na Índia. Se tivéssemos agido antes, poderíamos ter evitado parte das emissões dos últimos dez ou 20 anos.

O maior problema é competição. Os mercados se ajustam a preços mais altos do petróleo porque todos os países enfrentam as mesmas condições. Precisamos fazer o mesmo com mudanças climáticas e mitigação. Precisamos criar um regime em que pelo menos seja menos provável que um país sofra desvantagens econômicas por reduzir suas emissões.

Sobre desmatamento, o Brasil é um bom exemplo. Nos últimos cinco anos, a Amazônia passou primeiro por desmatamento acelerado, mas houve um reconhecimento do caráter dramático do que ocorria e medidas sérias foram tomadas. Isso prova que os governos têm condições de agir.

FOLHA - No Brasil, muita gente acredita que proteger o meio ambiente custa desenvolvimento.

STEINER - Se o crescimento econômico do Brasil tivesse sido de 10% nos últimos 15 anos, eu concordaria. O crescimento econômico do Brasil não foi prejudicado pela regulamentação ambiental. Eu desafiaria economistas a fazer essa conexão preto no branco, não só postular uma hipótese. Se você investe

em recursos ambientais sustentáveis, pode ter um retorno econômico tremendo. Mas essa conexão nunca é feita.

Olhe o exemplo de um país como o Quênia, que teve arrecadação turística recorde neste ano. Foram US\$ 700 milhões, a maior arrecadação externa do país. Ninguém está fazendo a conexão de que a razão para o turismo ter se desenvolvido tanto é porque o país, nos últimos 30 anos, investiu em suas áreas protegidas, nas zonas costeiras, na preservação de seus animais silvestres. Foi a proteção da biodiversidade e dos bens naturais do país que fez do turismo sua maior fonte de renda externa.

No Brasil há dois fenômenos. Há aqueles que se beneficiam do sistema econômico atual e não têm muito interesse em mudar os parâmetros que trariam novas indústrias, novas formas de gerenciar o solo e novas tecnologias. Simplesmente por que a mudança ameaça o controle do mercado. Esta é a tradicional noção do interesse não-legítimo, e alguém precisa explicar porque tantas pessoas em posições de decisão política e econômica nem sempre são grandes reformadores. Eles se beneficiam dos atuais mecanismos. O discurso público é dominado por pessoas que se beneficiam do status quo.

Em segundo lugar, é preciso criar exemplos de sucesso. Até que o Brasil invista em demonstrar os benefícios econômicos que derivam de seus ecossistemas será muito difícil competir na cúpula do governo, ou no debate econômico, porque não há evidências. Se o Brasil investir em capturar o valor econômico dos ecossistemas ou de modelos de produção sustentável, e há pessoas trabalhando para isso, os termos do debate e a percepção pública irão mudar.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u101544.shtml>

06/11/2006

Durante a COP12, Greenpeace exige que os Governantes ajam agora para salvar o clima

O Greenpeace fez hoje um pedido urgente aos governos participantes da 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, COP12, em Nairóbi, para que eles enfrentem o aquecimento global como uma realidade e ajam urgentemente evitando alterações ainda maiores no clima do planeta. O principal foco da reunião é encontrar um consenso no estabelecimento de metas para a implementação do segundo período do Protocolo de Kyoto, que começaria em 2012.

"Não podemos esperar os cinco anos que foram necessários para negociar o acordo de Kyoto, simplesmente não temos mais tempo. Isso é urgente. As partes reunidas aqui devem sair com um acordo efetivo para garantir que as emissões de gases do efeito estufa sejam reduzidas. Tanto países desenvolvidos como os em desenvolvimento têm que assumir sua responsabilidade como emissores de gases do efeito estufa e se comprometer com metas de redução para o segundo período do Protocolo de Kyoto, para salvar o planeta Terra de um colapso climático", afirmou Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace Brasil.

O debate sobre o aumento da temperatura no planeta teve início hoje, na África sub-saariana, e vem sendo aguardado como uma iniciativa que irá propor soluções sobre como os países podem se adaptar às mudanças climáticas. Além disso, a reunião também pede atenção à necessidade de apoio urgente à população mais pobre do mundo, que já está sendo impactada pelas mudanças climáticas.

A versão internacional do documentário e do relatório do Greenpeace "Mudanças do clima, mudanças de vidas", lançados hoje em Nairóbi, expõem exatamente a fragilidade dos países em desenvolvimento frente às mudanças climáticas e confirmam que os efeitos dessas mudanças já são uma realidade para o povo brasileiro. Os materiais apresentam testemunhos de vítimas do aquecimento global na Amazônia, no Nordeste, no Sul e na zona litorânea brasileira. O relatório e o documentário mostram ainda as relações entre a destruição da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, e o aquecimento global, e como o desmatamento e as queimadas fazem do Brasil o quarto maior emissor de gás carbônico do planeta.

"O Brasil precisa assumir sua responsabilidade como grande emissor de gases de efeito estufa. O governo deve combater o desmatamento de maneira implacável, promover as energias limpas e os programas de economia de energia. Os brasileiros têm todo o direito de saber onde somos mais vulneráveis aos efeitos devastadores do aquecimento global e como vamos reduzir nossa contribuição a este problema," afirma Carlos Rittl, coordenador da campanha de clima do Greenpeace Brasil.

"Os 163 governos que assinaram o protocolo de Kyoto precisam colocar de lado seus interesses de curto prazo em favor da luta contra essa ameaça global. Isso é do interesse de todos em longo prazo", disse Steve Sawyer,

Conselheiro de Mudanças Climáticas e Políticas Energéticas do Greenpeace Internacional.

Outra atividade desenvolvida pelo Greenpeace durante a COP12 é a participação de uma delegação jovem, a Geração Solar, que estará ressaltando os impactos das mudanças de clima na África.

Fonte: <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1919/mudancas-climaticas>

06/11/2006 a 17/11/2006

United Nations Climate Change Conference COP 12 and COP/MOP 2

Government negotiators at the United Nations Climate Change Conference in Nairobi continued two processes launched last year in Montreal to consider next steps in the international climate effort, and agreed in the final hours to open another track to review the Kyoto Protocol. In two weeks of talks, parties also agreed on modest steps on adaptation, debated approaches to reducing deforestation and accelerating technology transfer, and heard proposals from South Africa and Brazil on ways to promote stronger action by developing countries.

The conference – known formally as the Twelfth Session of the Conference of the Parties to the UN Framework Convention on Climate Change (COP 12) and the Second Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (COP/MOP 2) – was the first such gathering in sub-Saharan Africa. Its high-level segment featured an opening statement by outgoing UN Secretary-General Kofi Annan, who lamented a “frightening” lack of leadership from governments and announced the “Nairobi Framework,” an initiative to help spread the benefits of Kyoto’s Clean Development Mechanism (CDM) among more developing countries.

[Click here to continue reading the report from COP 12.](#)

Pew Center Activities at the Nairobi Climate Change Conference

Presentation of Pocantico Report –

[View the presentation here at the UNFCCC website.](#)

At the invitation of the UNFCCC Secretariat, the Pew Center presented a report of its Climate Dialogue at Pocantico at the Convention’s Dialogue on Long-Term Cooperative Action. The Pocantico dialogue brought together senior policymakers and stakeholders from 15 countries to explore options for advancing the international climate effort post-2012. The group’s report, released in November 2005, recommends engaging major economies through a flexible framework allowing countries to take on different types of commitments.

The report was presented November 16 at the Convention Dialogue by Elliot Diringer, the Pew Center's director of international strategies. View the presentation here at the UNFCCC website.

Release of New Adaptation Report –

The Pew Center held a side event on November 15 (1:15 pm – 2:45 p.m. in the Acacia Room) to release a new report, *Adaptation to Climate Change: International Policy Options*. The report explores key issues in strengthening international adaptation efforts and outlines three broad sets of options: steps under the Framework Convention, working through the development process, and climate "insurance." It is coauthored by Ian Burton of the University of Toronto, Elliot Diringer of the Pew Center, and Joel Smith of Stratus Consulting Inc.

Speakers at the side event included:

- Elliot Diringer, director of international strategies, Pew Center on Global Climate Change;
- Emily Massawa, lead climate change negotiator, Kenya;
- Alf Wills, lead climate change negotiator, Republic of South Africa;
- Ian Noble, climate change advisor, The World Bank; and
- Thomas Loster, chairman, Munich Re Foundation.

Top

Read Pew Center Reports on Previous COPs.

Further background on the Nairobi conference is available at the UNFCCC Secretariat website.

Fonte: http://www.pewclimate.org/what_s_being_done/in_the_world/cop12

07/11/2006

África será o continente mais castigado pela mudança climática

NAIRÓBI - Com uma economia baseada majoritariamente na agricultura, a África é o continente que menos polui, mas será o mais afetado pelos efeitos da mudança climática, como as secas, as inundações, e as crises de fome provocadas por uma menor produção agrícola e pelos conflitos para controlar os recursos.

Em relatório divulgado hoje, segundo dia da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Nairóbi, o International Livestock Research Institute (ILRI) afirmou que as regiões do continente mais ameaçadas nos próximos 50 anos pela modificação do clima são aquelas onde vivem as populações mais pobres.

"A situação é alarmante", disse Mario Herrero, um dos autores do estudo, que assinala que, com a exceção de sete países sobre os quais não há dados, praticamente toda a África subsaariana é vulnerável à mudança climática.

Quase toda a área do Burundi e de Ruanda, assim como grandes partes da Etiópia e da Eritreia, o sudoeste do Níger e o sul do Chade encontram-se entre os pontos mais vulneráveis.

O relatório prevê que a mudança climática afetará a duração das estações e a produção agrícola, da qual a maioria dos africanos depende para sobreviver, e que secas matarão o gado, que também sustenta grande parte da população.

As zonas mais castigadas serão as áreas áridas e semi-áridas do Sael e do leste da África, a região dos Grandes Lagos, as zonas litorâneas do leste continental e as partes mais secas do sul.

"A África parece carregar o maior peso dos impactos da mudança climática, apesar de ter algumas das taxas per capita mais baixas de emissões de gases do efeito estufa. Por isso, as conseqüências dessas mudanças representam um desafio ético global, não apenas científico e de desenvolvimento", diz o documento.

O relatório do ILRI soma-se às crescentes mensagens de alerta sobre como a mudança climática está afetando o continente africano.

O Movimento Cinto Verde, fundado pela vencedora do prêmio Nobel da Paz 2004, Wangari Maathai, alertou que as duas montanhas mais altas da África - o Monte Kilimanjaro, na Tanzânia, e Monte Quênia, no país de mesmo nome -

poderiam perder totalmente sua cobertura de neve nos próximos 25 a 50 anos se for mantida a atual tendência de desmatamento e poluição.

O Kilimanjaro já perdeu 82% de sua cobertura de neve nos últimos oitenta anos, enquanto o Monte Quênia perdeu 92% em um século.

Outro relatório, preparado pela ONG Christian Aid e intitulado "O clima da pobreza", diz que 185 milhões de pessoas na África subsaariana podem morrer devido ao aumento de doenças atribuíveis à mudança climática.

O aumento das temperaturas fará com que insetos como o mosquito, que transmite doenças como a malária, possam viver em altitudes mais elevadas, estendendo a doença a regiões onde ela atualmente não existe, afirma a Christian Aid.

Pouco mais de 5.000 pessoas participam da 12ª Sessão da Conferência dos Estados-parte da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP 12), da qual fazem parte 189 Estados, e do 2º Encontro dos Estados-parte do Protocolo de Kyoto (COP/MOP 2).

Devem ser aprovadas nas reuniões de Nairóbi, conhecidas pelo nome geral de Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, as regras de funcionamento do chamado Fundo de Adaptação.

O Fundo é um dos mecanismos previstos no Protocolo de Kyoto para financiar projetos nos países em desenvolvimento para que estes se adaptem às conseqüências da mudança climática.

Em vigor desde fevereiro de 2005, o Protocolo de Kyoto impõe às nações industrializadas limites de emissões de gases do efeito estufa visando a reduzi-las globalmente entre 2008 e 2012 em 5,2% na comparação com os níveis de 1990.

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1341567-5602,00-AFRICA+SERA+O+CONTINENTE+MAIS+CASTIGADO+PELA+MUDANCA+CLIMATICA.html>

08/11/2006

Brasil propõe receber para não desmatar durante COP 12

Incentivos financeiros, como compensações por não desmatar, ajudariam a reduzir o desflorestamento brasileiro e, conseqüentemente, reduzir as emissões dos gases do efeito estufa. Esta é a proposta brasileira apresentada em Nairóbi, no Quênia.

Incentivos financeiros, como compensações por não desmatar, ajudariam a reduzir o desflorestamento brasileiro e, conseqüentemente, reduzir as emissões dos gases do efeito estufa. O emprego de reduções compensadas para o desmatamento é a proposta brasileira que foi apresentada na Conferência das Partes sobre o Clima (COP 12) em Nairóbi, no Quênia. A COP 12, que encerra amanhã, reuniu representantes de 189 países que discutiram o que acontecerá depois de encerrada a primeira fase do Protocolo de Kyoto, em 2012.

"As pessoas não cortam a Amazônia porque estão brabas com as árvores. Na verdade isto é caro e difícil. As pessoas o fazem porque é o único meio que conhecem de sobrevivência", explica o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Um terço das emissões brasileiras vem das queimadas florestais.

A proposta é criar um fundo mantido por nações ricas que será usado por países em desenvolvimento depois de terem uma redução demonstrada do desmatamento. "O país só terá o direito de receber os recursos depois de comprovado os benefícios ambientais", afirma Capobianco. Sob o Protocolo de Kyoto, o Brasil não pode obter créditos por diminuir o desflorestamento, apesar de queimar relativamente pouco petróleo.

Críticos afirmam que esta é apenas uma maneira de o Brasil ser pago por proteger a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo e casa de um quarto de todas as espécies da Terra. "Quando o desmatamento aumenta, americanos, ingleses, franceses e italianos vão para as ruas e protestam por o Brasil estar destruindo a floresta. A questão não é porque eles devem investir nisso e sim porque não devem", defende Capobianco.

A secretária-geral da WWF, Denise Hamú, diz que os prejuízos econômicos de um superaquecimento serão grandes e países em desenvolvimento como o Brasil serão os mais prejudicados, pois não possuem recursos financeiros suficientes para esta adaptação.

Futuro de cidades verdes

Um quadro oposto, onde mais árvores sejam plantadas principalmente em grandes cidades, é o caminho para um futuro promissor economicamente. Um novo livro do parlamentar inglês David Cameron afirma que aumentar o número

de parques nas cidades e atacar problemas de poluição podem promover um grande boom econômico da riqueza das cidades.

Cidades mais verdes atraem profissionais mais qualificados, que contribuem para o crescimento econômico que, por sua vez pressionam por padrões ambientais ainda maiores, criando assim um círculo virtuoso, explica o economista americano Matthew E Kahn ao jornal The Guardian.

Professor na Universidade de Tufts, Kahn diz que é difícil quantificar o quanto as pessoas estão dispostas a pagar para terem uma vida mais agradável ambientalmente, porém cita uma pesquisa com cidades americanas. "Em cidades com políticas verdes, 32,3% dos adultos possuem grau superior. Em cidades com pouco investimento ambiental, o número cai para 22,6%", afirma.

Paula Scheidt, CarbonoBrasil

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=123342>

11/11/2006

Brasil apresenta proposta sobre gases de efeito estufa na COP 12, em Nairóbi

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentará na próxima semana, durante a COP12 – 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, em Nairóbi, no Quênia, a proposta brasileira de criação de um mecanismo de incentivos positivos para países em desenvolvimento que efetivamente reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa por meio do combate ao desmatamento. A proposta foi discutida, nesta sexta-feira (10), em reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme a proposta, os países em desenvolvimento poderão receber recursos internacionais para aprimorar ainda mais as ações na área de combate ao desmatamento. Os incentivos deverão incluir a provisão de recursos financeiros e a transferência de tecnologia, além de meios para capacitação e aperfeiçoamento das potencialidades dos países em desenvolvimento. “Eu acho que estamos trabalhando sobretudo com a idéia do constrangimento ético. Com menos condições, com maiores dificuldades, os países menos desenvolvidos estão fazendo e dando a sua contribuição. Não é justo que países ricos, que têm recursos financeiros e tecnológicos para fazer seu trabalho de redução das emissões, não o façam”, disse Marina.

A proposta prevê ainda que a redução das emissões seja contabilizada a partir de uma taxa média de desmatamento de referência, num período de tempo a ser determinado e num conteúdo definido de toneladas de carbono por bioma ou por tipo de vegetação. A taxa média de desmatamento e as emissões decorrentes do desmatamento, para comparação com a taxa de referência, deverão ser baseadas num sistema de monitoramento do desmatamento que seja transparente, consistente e cientificamente validado, tal como existe no Brasil – o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), baseado em imagens de satélite. O país já transferiu, sem ônus, seu sistema para outros países que possuem florestas tropicais.

Os esforços dos países em desenvolvimento para reduzir emissões, decorrentes do desmatamento em seus territórios, serão voluntários e, portanto, não deverão ser associados a obrigações, metas ou prazos futuros. Os países do Anexo I, ou seja, países desenvolvidos que têm compromissos no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, por sua vez, também, voluntariamente, serão responsáveis por investir recursos no mecanismo. Essa adesão, no entanto, não significará créditos a serem contabilizados nas metas mandatárias de redução de emissões desses países.

O valor dos recursos aportados pelos países desenvolvidos será distribuído proporcionalmente à redução de emissões conquistada pelos países em desenvolvimento. A diferença registrada com a queda nas emissões desses países será convertida em incentivo financeiro a receber. Caso as emissões do desmatamento aumentem, a diferença será convertida em valor a descontar de futuros incentivos financeiros.

Segundo Marina, é preciso que se tenha a dimensão dos efeitos do aquecimento global sob pena de se inviabilizar a vida no planeta. “As florestas e a biodiversidade, para serem preservadas, dependem das reduções de emissões de gases de efeito estufa dos países que têm responsabilidades e obrigações, porque, senão, os esforços serão inúteis”, acredita.

O Brasil se credencia para apresentar essa proposta ao acumular a queda de 52% na taxa de desmatamento da Amazônia, considerando o registro do período de 2004-2005 e a estimativa para 2005-2006. Em outubro, o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgou os dados preliminares do Prodes – Projeto Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal referente a 01 de agosto de 2005 e 31 de julho de 2006, que apontam para uma queda de 30% na taxa, em relação ao ano anterior. Conforme a estimativa, a área desmatada em 2005-2006 será de 13.100Km². Em 2004-2005, a taxa reduziu 31% e a área desmatada ficou em 18.790 km².

A estimativa foi feita com base em 34 imagens de satélite que representam dois terços do desmatamento registrado entre 2004 e 2005. A interpretação dessas imagens permitiu que os especialistas do Inpe, órgão ligado ao Ministério de Ciências e Tecnologia, indicassem a taxa do último período que só será oficializada em março de 2007 quando os dados forem consolidados.

Os dados do Prodes revelam os bons resultados do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, desenvolvido por 13 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil, e lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. Com ele, foi possível executar inúmeras ações em diferentes áreas do governo. O esforço resultou na apreensão de 814 mil m³ de madeira em tora, de 471 tratores, 171 caminhões e 643 motosserras usados nos desmatamentos. Foram emitidas multas no valor de R\$ 2,8 bilhões.

A Polícia Federal e o Ibama realizaram 11 grandes operações na Amazônia, que resultaram na prisão de 379 pessoas. Ainda foram criados 19 milhões de hectares em Unidades de Conservação nas áreas de conflito e frentes de expansão da fronteira agrícola da região. Também foram homologados 93 mil Km² de terras indígenas e os projetos de assentamentos sustentáveis alcançaram uma área equivalente a 3,76 mil Km². Foram inibidos, ainda, 66 mil cadastros de imóveis rurais e determinada a Limitação Administrativa Provisória em 80 mil km² na região de influência direta da BR 163 e em 150 mil km² na BR 319.

Os instrumentos de fomento foram alterados para apoiar o uso sustentável dos recursos naturais na região. Os fundos constitucionais passaram a ter novas diretrizes e critérios para estimular esse tipo de atividade e foram intensificados os programas de capacitação de mão-de-obra, com ênfase no manejo florestal sustentável e no extrativismo. O 1º Distrito Florestal Sustentável, criado na região da BR 163, poderá criar 100 mil empregos e a Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada no início deste ano no Congresso Nacional com o apoio de todos os partidos, foi sancionada, criando o Serviço Florestal Brasileiro. (MMA)

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/11/11/27797-brasil-apresenta-proposta-sobre-gases-de-efeito-estufa-na-cop-12-em-nairobi.html>

11/11/2006

EXCLUSIVO: Brasil é indicado para receber troféu pejorativo na COP-12, em Nairobi

Por ambientebrasil

Mônica Pinto / AmbienteBrasil

O Brasil foi indicado, durante a COP-12 (Décima-segunda Conferência das Partes da Convenção do Clima), iniciada no dia 06 passado em Nairobi, na África, para receber o troféu “Fóssil do Dia”, concedido pela ONG internacional *Climate Action Network*.

O “prêmio” é destinado aos governos que, na opinião da entidade, põem entraves às negociações de políticas para o combate à mudança climática.

A acusação que recai sobre o país é a de que não teria se posicionado de acordo com o Artigo 9 do Protocolo de Kyoto, segundo o qual deve ser revisto periodicamente “este Protocolo à luz das melhores informações e avaliações científicas disponíveis sobre a mudança do clima e seus impactos, bem como de informações técnicas, sociais e econômicas relevantes”. (*veja a íntegra do texto no final da matéria*).

A posição do Brasil confronta-se especificamente com o relatório e o documentário “Mudanças do clima, mudanças de vidas” divulgado pelo Greenpeace, já no início do evento, apontando a fragilidade dos países em desenvolvimento frente às mudanças climáticas e alertando que seus efeitos já são uma realidade para o povo brasileiro.

Os materiais apresentam testemunhos de vítimas do aquecimento global na Amazônia, no Nordeste, no Sul e na zona litorânea brasileira.

O trabalho mostra ainda as relações entre a destruição da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, e o aquecimento global, e como o desmatamento e as queimadas fazem do Brasil o quarto maior emissor de gás carbônico do planeta.

“O Brasil precisa assumir sua responsabilidade como grande emissor de gases de efeito estufa. O governo deve combater o desmatamento de maneira implacável, promover as energias limpas e os programas de economia de

energia”, diz Carlos Rittl, coordenador da campanha de clima do Greenpeace no país, em reportagem no **site da entidade**.

“Os brasileiros têm todo o direito de saber onde somos mais vulneráveis aos efeitos devastadores do aquecimento global e como vamos reduzir nossa contribuição a este problema”.

Em outubro de 2002, na COP-8 (Oitava Conferência das Partes da Convenção do Clima), em Nova Déli, Índia, o Brasil já fora indicado a receber o troféu “Fóssil do Dia”, pela maneira como estava presidindo um dos grupos de negociação da conferência – o que tratava dos inventários nacionais que os países teriam de fazer para conseguir financiamento dos países desenvolvidos para obras de prevenção aos efeitos da mudança climática.

“O Brasil está abusando de sua posição na presidência do grupo. Ele tem imposto suas visões sobre inventários ao G-77 (bloco dos países pobres) e não tem considerado as opiniões de vários países vulneráveis aos problemas climáticos”, afirmou na ocasião Danny Kennedy, coordenador da ONG *Climate Action Network* à Folha de S. Paulo.

A COP 12 termina na próxima sexta-feira.

Artigo 9 do Protocolo de Kyoto

1. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo deve rever periodicamente este Protocolo à luz das melhores informações e avaliações científicas disponíveis sobre a mudança do clima e seus impactos, bem como de informações técnicas, sociais e econômicas relevantes. Tais revisões devem ser coordenadas com revisões pertinentes segundo a Convenção, em particular as dispostas no Artigo 4, parágrafo 2(d), e Artigo 7, parágrafo 2(a), da Convenção. Com base nessas revisões, a Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo deve tomar as providências adequadas.

2. A primeira revisão deve acontecer na segunda sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo. Revisões subsequentes devem acontecer em intervalos regulares e de maneira oportuna.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/exclusivas/2006/11/11/27786-exclusivo-brasil-e-indicado-para-receber-trofeu-pejorativo-na-cop-12-em-nairobi.html>

11/11/2006

Brasil se torna "fóssil do dia" em Nairóbi

da Folha de S.Paulo

No mesmo dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou oficialmente a proposta brasileira que será levada na semana que vem à reunião internacional sobre mudança climática de Nairóbi, ambientalistas presentes ao encontro no Quênia criticaram a posição do país sobre a extensão do Protocolo de Kyoto.

O Brasil recebeu da rede de ONGs CAN (Climate Action Network) o troféu "fóssil do dia", uma honraria dúbia concedida aos países que mais tentam atravancar as negociações sobre o acordo internacional que substituirá o protocolo, que expira em 2012. O "prêmio" foi concedido ontem em Nairóbi, durante a COP-12 (12ª Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU.

Segundo a CAN, o país levou o abacaxi devido a sua "argumentação dura e espúria" contra o uso de um dos artigos do texto do Protocolo de Kyoto para "fortalecer e ampliar os esforços globais de proteção do clima no período pós-2012".

O Brasil é um dos líderes do bloco dos países em desenvolvimento, que se recusam a assumir metas de redução de gases que causam o efeito estufa, como o gás carbônico (CO₂).

O mundo subdesenvolvido não é obrigado pelo acordo de Kyoto a cortar suas emissões de poluentes, já que o aquecimento atual do planeta foi causado pela queima de petróleo e carvão que levou os países hoje industrializados ao desenvolvimento. Mas os gigantes do Terceiro Mundo acabaram virando parte do problema --a China cresce 10% ao ano e em três anos se tornará o maior emissor de CO₂-- e há pressões para que eles assumam metas obrigatórias no pós-Kyoto.

Segundo a delegação brasileira na COP-12, a escolha do Brasil como fóssil do dia resultou de um "mal-entendido" entre a posição brasileira e CAN. Ao defenderem que a revisão de Kyoto não poderia ser uma "porta que se abra para os países que não gostam do protocolo", o Brasil teria sido "interpretado erroneamente", segundo um delegado.

Lula

Em reunião ontem do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o país adquiriu uma "maturidade política" no tema ambiental suficiente para cobrar àquelas nações

que, segundo ele, estavam acostumadas só a cobrar do Brasil. Segundo Lula, o país "pode hoje entrar de cabeça erguida em qualquer debate".

Durante a reunião foi apresentada a proposta brasileira para a COP-12. A base da proposta é a criação de um "mecanismo de incentivos para países em desenvolvimento que reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa por desmatamento". O mecanismo deve ter o formato de um fundo voluntário, com contribuição de países industrializados para compensar os detentores de florestas tropicais que reduzirem suas emissões.

Com ANA FLOR, colaboração para a Folha em Nairóbi, e Sucursal de Brasília

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15498.shtml>

13/11/2006

Brasil apresenta proposta sobre gases de efeito estufa na COP 12, em Nairóbi

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentará na próxima semana, durante a 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima (COP-12), em Nairóbi, no Quênia, a proposta brasileira de criação de um mecanismo de incentivos positivos para países em desenvolvimento que efetivamente reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa por meio do combate ao desmatamento. A proposta foi discutida, nesta sexta-feira (10), em reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme a proposta, os países em desenvolvimento poderão receber recursos internacionais para aprimorar ainda mais as ações na área de combate ao desmatamento. Os incentivos deverão incluir a provisão de recursos financeiros e a transferência de tecnologia, além de meios para capacitação e aperfeiçoamento das potencialidades dos países em desenvolvimento. Eu acho que estamos trabalhando sobretudo com a idéia do constrangimento ético. Com menos condições, com maiores dificuldades, os países menos desenvolvidos estão fazendo e dando a sua contribuição. Não é justo que países ricos, que têm recursos financeiros e tecnológicos para fazer seu trabalho de redução das emissões, não o façam, disse Marina.

A proposta prevê ainda que a redução das emissões seja contabilizada a partir de uma taxa média de desmatamento de referência, num período de tempo a ser determinado e num conteúdo definido de toneladas de carbono por bioma ou por tipo de vegetação. A taxa média de desmatamento e as emissões decorrentes do desmatamento, para comparação com a taxa de referência, deverão ser baseadas num sistema de monitoramento do desmatamento que seja transparente, consistente e cientificamente validado, tal como existe no Brasil - o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), baseado em imagens de satélite. O país já transferiu, sem ônus, seu sistema para outros países que possuem florestas tropicais.

Os esforços dos países em desenvolvimento para reduzir emissões, decorrentes do desmatamento em seus territórios, serão voluntários e, portanto, não deverão ser associados a obrigações, metas ou prazos futuros. Os países do Anexo I, ou seja, países desenvolvidos que têm compromissos no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas, por sua vez, também, voluntariamente, serão responsáveis por investir recursos no mecanismo. Essa adesão, no entanto, não significará créditos a serem contabilizados nas metas mandatórias de redução de emissões desses países.

O valor dos recursos aportados pelos países desenvolvidos será distribuído proporcionalmente à redução de emissões conquistada pelos países em desenvolvimento. A diferença registrada com a queda nas emissões desses países será convertida em incentivo financeiro a receber. Caso as emissões do

desmatamento aumentem, a diferença será convertida em valor a descontar de futuros incentivos financeiros.

Segundo Marina, é preciso que se tenha a dimensão dos efeitos do aquecimento global sob pena de se inviabilizar a vida no planeta. As florestas e a biodiversidade, para serem preservadas, dependem das reduções de emissões de gases de efeito estufa dos países que têm responsabilidades e obrigações, porque, senão, os esforços serão inúteis, acredita.

O Brasil se credencia para apresentar essa proposta ao acumular a queda de 52% na taxa de desmatamento da Amazônia, considerando o registro do período de 2004-2005 e a estimativa para 2005-2006. Em outubro, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou os dados preliminares do Projeto Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes) referente a 01 de agosto de 2005 e 31 de julho de 2006, que apontam para uma queda de 30% na taxa, em relação ao ano anterior. Conforme a estimativa, a área desmatada em 2005-2006 será de 13.100Km². Em 2004-2005, a taxa reduziu 31% e a área desmatada ficou em 18.790 km².

A estimativa foi feita com base em 34 imagens de satélite que representam dois terços do desmatamento registrado entre 2004 e 2005. A interpretação dessas imagens permitiu que os especialistas do Inpe, órgão ligado ao Ministério de Ciências e Tecnologia, indicassem a taxa do último período que só será oficializada em março de 2007 quando os dados forem consolidados.

Os dados do Prodes revelam os bons resultados do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, desenvolvido por 13 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil, e lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. Com ele, foi possível executar inúmeras ações em diferentes áreas do governo. O esforço resultou na apreensão de 814 mil m³ de madeira em tora, de 471 tratores, 171 caminhões e 643 motosserras usados nos desmatamentos. Foram emitidas multas no valor de R\$ 2,8 bilhões.

A Polícia Federal e o Ibama realizaram 11 grandes operações na Amazônia, que resultaram na prisão de 379 pessoas. Ainda foram criados 19 milhões de hectares em Unidades de Conservação nas áreas de conflito e frentes de expansão da fronteira agrícola da região. Também foram homologados 93 mil Km² de terras indígenas e os projetos de assentamentos sustentáveis alcançaram uma área equivalente a 3,76 mil Km². Foram inibidos, ainda, 66 mil cadastros de imóveis rurais e determinada a Limitação Administrativa Provisória (ALAP) em 80 mil km² na região de influência direta da BR 163 e em 150 mil km² na BR 319.

Os instrumentos de fomento foram alterados para apoiar o uso sustentável dos recursos naturais na região. Os fundos constitucionais passaram a ter novas diretrizes e critérios para estimular esse tipo de atividade e foram intensificados os programas de capacitação de mão-de-obra, com ênfase no manejo florestal sustentável e no extrativismo. O 1º Distrito Florestal Sustentável, criado na região da BR 163, poderá criar 100 mil empregos e a Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada no início deste ano no Congresso Nacional com o

apoio de todos os partidos, foi sancionada, criando o Serviço Florestal Brasileiro.

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=123412>

14/11/2006

Brasil é oitavo em proteção de clima

ANA FLOR

Colaboração para Folha de S.Paulo, em Nairóbi

O Brasil ficou em oitavo lugar em um ranking que analisou os países que mais combateram mudanças climáticas no último ano, atrás de seis países europeus e da Argentina.

O trabalho, chamado de Índice de Desempenho em Mudanças Climáticas, foi organizado pela ONG Germanwatch, que analisou as emissões de carbono na atmosfera resultantes da produção de energia, a tendência de emissões por setor e as políticas domésticas e internacionais na área de mudança climática. Os resultados foram divulgados ontem em Nairóbi, durante a COP-12 (12ª Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU.

Apesar de ter ficado entre os dez primeiros colocados, o Brasil perdeu uma melhor posição por não ter mais políticas internas para mitigação das mudanças climáticas e por não apresentar uma postura internacional mais "progressista" na área, segundo a ONG.

O ranking classificou a Índia logo atrás do Brasil, em nono. A China foi o terceiro pior colocado --por causa de sua matriz energética, baseada em carvão.

Christoph Bals, organizador do estudo, disse que o Brasil vai bem em termos de emissões de carbono --não entram no cálculo emissões causadas por desmatamento-- e em tendências de emissão por setor econômico. Por esses dois aspectos, o país merecia estar entre os cinco primeiros da lista.

No entanto, "se fossem analisadas somente as políticas, o Brasil estaria entre os cinco últimos, ao lado dos EUA e da Arábia Saudita", disse Bals. "O Brasil não é um país que bloqueia as negociações, mas tampouco pressiona para levá-las adiante", disse Matthias Duwe, diretor-executivo para a Europa da Climate Action Network, rede de ONGs que, na última sexta-feira, deu ao Brasil o título de "fóssil do dia" em Nairóbi.

Autoridade

A delegação brasileira se recusou a comentar o ranking. Segundo um dos negociadores brasileiros, a delegação desconhece os especialistas que teriam opinado sobre a política externa brasileira na área.

O trabalho analisou a situação em 56 países que, individualmente, respondem por 1% ou mais das emissões globais de carbono. Os dados utilizados são da IEA (Agência Internacional de Energia, na sigla em inglês). A análise das políticas domésticas foi realizada por especialistas dos países estudados,

enquanto que especialistas internacionais fizeram comentários sobre as posições internacionais de cada país.

Na composição dos dados, as tendências de emissões representaram 50% do peso final, as emissões lançadas na atmosfera, 30%, e as políticas, 20%.

Apesar de a Suécia ter ficado em primeiro lugar no ranking, os organizadores do estudo deixaram claro que não há "vencedores". "Se a proteção do ambiente fosse uma prova olímpica, nenhum país conseguiria uma medalha", disse Duwe, reforçando que os resultados demonstram que esforços feitos até agora para mitigar o efeito estufa são insuficientes.

A posição dos países nas piores colocações variou entre uma grande quantidade de emissões e boas políticas, como a China, e a péssima postura internacional e a falta de ação interna, como os EUA, a Austrália e o Canadá.

Da forma como o índice foi organizado, a mudança nas políticas públicas de um país pode ter resultado imediato no ranking do ano seguinte. "Se os Estados Unidos, atualmente entre os cinco piores, fossem tão progressivos quanto o Reino Unido, subiriam pelo menos 30 posições", afirmou Bals.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15508.shtml>

15/11/2006

Brasil tenta pôr floresta na conta do clima

ANA FLOR

Colaboração para a Folha de S.Paulo, em Nairóbi

Duas propostas para compensar países que reduzem desflorestamento, diminuindo emissões de gases causadores do efeito estufa, disputam espaço e dividem opiniões na COP-12 (12ª Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU, em Nairóbi. Uma delas, de iniciativa brasileira, será apresentada oficialmente hoje pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) a delegados de mais de 180 países.

A segunda é de um grupo de países que formam a Coalizão de Nações com Florestas Tropicais (Coalition for Rainforest Nations, em inglês), liderados por Papua-Nova Guiné.

Apesar de terem objetivos semelhantes, a forma de ação das duas propostas é radicalmente diferente. Tão diferente que o impasse pode atrasar uma decisão eficaz por parte dos países que participam da convenção.

Fernando Donasci/Folha Imagem



Vista aérea do rio Tartaruga, um dos afluentes do rio Xingu

O Brasil defende um mecanismo voluntário, no qual os países desenvolvidos fariam doações para uma espécie de fundo que recompense financeiramente nações em desenvolvimento que diminuíssem seu desflorestamento abaixo de uma média preestabelecida. O mecanismo não estaria atrelado às metas que estes países ricos precisam cumprir de acordo com o Protocolo de Kyoto.

Para ONGs, e até mesmo para delegados de alguns governos, a proposta brasileira é "irreal", porque está baseada em uma doação voluntária, que não daria ganho algum aos doadores. "O problema, sem dúvida, está nas doações voluntárias. Eu passei minha vida inteira atrás delas e sei que a realidade é muito difícil", disse Steve Sawyer, do Greenpeace.

Sawyer também criticou aspectos fundamentais da proposta liderada por Papua-Nova Guiné, em que investimentos feitos para evitar desflorestamento seriam traduzidos em créditos de carbono, que poderiam ser negociados pelas nações ricas e abatidos das suas metas de redução.

A conexão entre florestas e mudanças climáticas está na quantidade de gases-estufa lançados na atmosfera pelo desmate. Apesar de não haver consenso

sobre a cifra exata, especialistas acreditam que as derrubadas nos trópicos respondam por 9% a 20% das emissões globais.

Pavimentando o inferno

O representante de Papua-Nova Guiné, Kevin Conrad, disse ontem que o grupo não apresentou uma proposta formal ainda. Diplomático, Conrad disse que as conversas com o Brasil têm sido "intensas" e que as duas propostas não são excludentes.

Mesmo assim, disse não acreditar na premissa da contribuição voluntária. "O mercado é o único caminho para lidar com desflorestamento. Não acreditamos que existirão doações suficientes".

Em conversas informais, representantes da União Européia disseram desconhecer detalhes da proposta brasileira, mas elogiaram a procura por uma solução das emissões de desflorestamento até a próxima convenção, em um ano.

Já um delegado do Canadá foi direto ao afirmar que o mecanismo de contribuições "sem retorno" para os países ricos é como um dos diversos "esforços benevolentes" que não costumam ter sucesso porque os países têm recursos escassos.

Em defesa da iniciativa brasileira, o Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmou que a proposta demonstra o interesse dos países ricos em diminuir emissões globais. "O que nós não acreditamos é que a convenção tenha se tornado um balcão de negócios."

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15515.shtml>

16/11/2006

Mudanças do clima farão milhões de africanos rumarem para Europa

Nairóbi, 16 nov (EFE).- Os efeitos da mudança climática na África, já evidentes em fenômenos extremos como secas e inundações, farão com que milhões de pessoas se desloquem para a Europa, disseram hoje o Greenpeace e a African Youth.

Estas duas organizações apresentaram em Nairóbi, onde acontece a 12ª Sessão da Conferência dos Estados-partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP 12), o documentário "Um só mundo; não haverá segunda oportunidade", que tem a colaboração de jovens de todo o planeta.

O documentário tenta evidenciar os efeitos que a mudança climática tem no dia a dia da África e conclui pedindo da comunidade internacional uma atuação sem demora para salvar o clima e evitar os desastres causados pelo aquecimento do planeta.

Entre as evidências da mudança climática, as duas organizações citaram as secas que atingem muitos países africanos, as inundações que atualmente castigam o Quênia e o derretimento das geleiras do monte Kilimanjaro, que poderiam desaparecer em 2015.

Outra organização ecológica, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF, sigla em inglês), levou hoje à Conferência várias pessoas que já são consideradas "vítimas" da mudança climática na África.

Esta entidade facilitou o transporte de agricultores, granjeiros e pescadores do Quênia e da Tanzânia ao evento no qual puderam falar das conseqüências provenientes das modificações do clima e do regime de chuvas.

Estes indivíduos explicaram de que forma ciclos de chuva variaram durante as últimas décadas e como estas mudanças impedem a realização de previsões confiáveis para a agricultura, o que atinge a economia de milhares de famílias. Um deles, um pescador tanzaniano, descreveu o avanço do mar no litoral de seu povoado, que chegou a cerca de 200 metros nos últimos 50 anos. EFE

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1352750-6174,00-MUDANCAS+DO+CLIMA+FARAO+MILHOES+DE+AFRICANOS+RUMAREM+PARA+EUROPA.html>

16/11/2006

Convenção da ONU examinará proposta do Brasil sobre clima

ANA FLOR

Colaboração para Folha de S. Paulo, em Nairóbi

Horas depois de o Brasil apresentar na COP-12 (12ª Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU uma proposta para compensar países que reduzem o desflorestamento, diminuindo, assim, emissões de gases causadores do efeito estufa, o diretor-executivo da convenção, Yvo de Boer, anunciou a realização de um encontro, até junho de 2007, para discutir detalhes da idéia brasileira. No plenário, entretanto, a proposta foi recebida com aparente indiferença.

Segundo De Boer, o workshop detalhará a metodologia a ser utilizada caso a iniciativa brasileira seja aprovada. Outras propostas, como a do grupo de países que formam a Coalizão de Nações com Florestas Tropicais, liderados por Papua-Nova Guiné, ou de nações da bacia do Congo (África), serão discutidas na tentativa de chegar a um consenso ou a posições complementares.

De Boer reforçou que emissões de desmatamento são importantes --segundo ele, eqüivalem a 20% do total global (especialistas falam em 9% a 15%)-- e que a inclusão desse tema na convenção ou no Protocolo de Kyoto deve acontecer.

A proposta brasileira prevê a criação de um fundo voluntário, com recursos de países ricos, para ser distribuído entre nações com florestas tropicais que reduzam o seu desmatamento. A iniciativa foi apresentada pela ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, durante uma sessão do Diálogo de Ações Cooperativas de Longo Prazo sobre Mudanças Climáticas.

Após a apresentação, o coordenador da reunião abriu a palavra para comentários e perguntas "urgentes" --que não vieram. Após elogiar a disposição brasileira de trazer uma proposta sobre um tema bastante relevante, o coordenador seguiu para o próximo tópico, frustrando quem esperava um debate acalorado sobre a iniciativa. Marina atribuiu a falta de perguntas ao atraso na pauta da reunião e ao fato de a proposta ser um tema para discussões internas entre as delegações.

Para o secretário-executivo do Fórum sobre Mudança Global do Clima e Biodiversidade de São Paulo, Fábio Feldman, o "Diálogo" não foi o melhor lugar para apresentar a proposta, que precisaria ser apreciada por um grupo com maior peso. O anúncio feito mais tarde por De Boer, porém, deu o

incentivo que o governo brasileiro precisava para levar adiante as negociações na COP-12.

Reuniões com diversos chefes de delegação estão programadas para acontecer até amanhã, último dia da COP-12. Na avaliação do Meio Ambiente, a proposta tem viabilidade técnica. Bastaria, agora, garantir condições políticas.

Além de falar do fundo voluntário, o país aproveitou para apresentar os resultados do programa de combate ao desmatamento na Amazônia. Segundo Marina, ao dizer que reduziu em 52% o desmate em dois anos e que deixou de emitir cerca de 128 mil toneladas de carbono, o Brasil provou que "faz o tema de casa".

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15520.shtml>

17/11/2006

Termina Conferência sobre Mudança Climática de Nairóbi

da Efe, em Nairóbi

A Conferência sobre Mudança Climática da ONU (Nações Unidas), realizada em Nairóbi, terminou hoje após a aprovação da realização de uma nova revisão do Protocolo de Kyoto em 2008. A conferência também definiu a revisão das regras do fundo que ajudará os países pobres a se adaptarem à mudança climática.

Ao seu final, a conferência aprovou que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) --que atualmente possui apenas 9 de seus 400 projetos focados na África-- seja mais equilibrado geograficamente. O MDL permite que os países em desenvolvimento, com uma emissão menor de poluentes, vendam cotas de emissão de gases do efeito estufa a países ricos.

Diante da incredulidade de muitos analistas, que esperavam que a sessão se prolongasse até a madrugada como em edições anteriores, os aplausos soaram quando o presidente da conferência, o ministro do Meio Ambiente do Quênia, Kivutha Kivuana, declarou o encontro oficialmente concluído após declarar-se "muito satisfeito" com os resultados.

A revisão do Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, concluiu que o acordo "iniciou uma ação importante e tem o potencial de contribuir decisivamente sobre as maneiras de abordar a mudança climática".

Também foram estipuladas regras do Fundo de Adaptação, ferramenta prevista em Kyoto para o financiamento de projetos que ajudem os países mais pobres a se adaptarem às conseqüências da mudança climática --como inundações e secas. No entanto, sua implementação ainda deve levar mais um ano --até que o sistema e os critérios sejam aperfeiçoados, reunindo os projetos a serem financiados.

Ratificado por 166 países, em vigor desde o dia 16 de fevereiro de 2005, o Protocolo de Kyoto impõe aos países industrializadas metas obrigatórias de emissões de dióxido de carbono --causador do aquecimento global-- com o objetivo de reduzi-las em 5,2% até 2012 (em relação aos níveis de 1990).

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15528.shtml>

17/11/2006

Processo de revisão do Protocolo de Kyoto começará em 2008

da France Presse, em Nairóbi

A comunidade internacional decidiu nesta sexta-feira, em Nairóbi, iniciar em 2008 o processo de revisão do Protocolo de Kyoto, que visa a combater o efeito estufa.

Os 168 países signatários do Tratado "decidiram que a revisão do protocolo de Kyoto, conforme o artigo 9º, deverá começar em 2008", indicou uma resolução adotada em sessão plenária.

"Esta revisão será baseada nas melhores informações e avaliações científicas, sobretudo no 4º relatório do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudança Climática (GIEC), que será publicado a partir de fevereiro de 2007", precisou o texto.

O primeiro período de compromisso dos países participantes do tratado internacional expira em 2012. Cabe à conferência de Nairóbi determinar as bases das futuras negociações.

"A duração e o conteúdo da revisão serão examinados durante a terceira reunião das partes, em dezembro de 2007. Todos os signatários estão convidados a depositar seus comentários a partir de 17 de agosto de 2007", destaca a resolução.

Segundo o ministro finlandês do Meio Ambiente, Jan Erik Enestam --cujo país ocupa a presidência rotativa da UE (União Européia)--, este acordo "demonstra que não somos turistas em relação à mudança climática e podemos tomar decisões para reforçar o protocolo".

O objetivo da comunidade internacional é terminar o processo de revisão o mais rapidamente possível para dar tempo de ratificar o novo texto antes de 2012.

A conferência de Nairóbi, que começou no dia 6 de novembro com a presença de representantes de 189 países. A reunião serviu para mostrar que a "mudança climática é uma ameaça para a paz e para segurança, comparável aos conflitos, à pobreza e à proliferação de armas", nas palavras do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

O Protocolo de Kyoto é direcionado aos países industrializados que se comprometeram a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. Contudo, durante a conferência em Nairóbi, discutiu-se a possibilidade de que os países em desenvolvimento restrinjam suas emissões.

Países como China e Arábia Saudita mostraram-se contrários a essas novas medidas. Mas os conferencistas conseguiram aprovar medidas de apoio para que os países em desenvolvimento se adaptem a novos padrões de emissão de gases.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15527.shtml>

17/11/2006

Brasil revê posição e aceita discutir metas pós-Kyoto

ANA FLOR

Colaboração para a Folha de S.Paulo, em Nairóbi

Representantes do governo brasileiro na COP-12 (12ª Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU, que se encerra hoje em Nairóbi (Quênia), disseram que o país flexibilizou sua posição e poderá assumir metas em uma segunda fase do [Protocolo de Kyoto](#), a partir de 2012.

A afirmação quebra a tradicional dureza do país nas negociações da ONU sobre mudanças climáticas --que lhe renderam, na semana passada, o título de "fóssil do dia", antipremiação na qual ONGs ambientalistas escolhem o país que mais atravancou o debate.

O Brasil sempre defendeu que não iria negociar obrigações futuras antes que nações ricas cumprissem metas de reduções de gases-estufa a que se comprometeram. A discussão brasileira se concentrava no artigo 9º da convenção, que fala de avaliações a serem feitas periodicamente no protocolo.

Nas discussões, os países divergem sobre fazer uma avaliação para reajustar Kyoto a partir de 2012 ("review") ou uma revisão ("revision"), que poderia modificar as regras já a partir de 2008 --quando a primeira fase do protocolo entra oficialmente em vigor.

Em uma reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas realizada ontem, durante a conferência, o diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, disse que o Brasil não se opõe a uma proposta da África do Sul de marcar uma data para a avaliação do protocolo. Segundo ele, há países radicalmente contra a proposta. Figueiredo deixou claro, entretanto, que o Brasil não quer que a avaliação seja uma "brecha" para que países que "não gostam de Kyoto" inviabilizem uma segunda fase do protocolo.

Segundo o protocolo, os países industrializados (o chamado Anexo 1), por terem emitido uma quantidade muito maior de gases-estufa durante os últimos 150 anos, têm metas de redução até 2012, enquanto os países em desenvolvimento não as têm. A idéia é conhecida como "responsabilidades comuns, mas diferenciadas".

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse ontem acreditar que, se os países desenvolvidos reduzirem suas emissões e se ficar comprovado que é preciso que países em desenvolvimento reduzam também para conter mudanças climáticas, o Brasil teria uma "postura semelhante". Capobianco reforçou, entretanto, a necessidade de "não tratar os diferentes de maneira igual" e que

os países ricos deverão ter metas muito mais rigorosas que países em desenvolvimento.

Bem mais direto, outro integrante da delegação brasileira disse que existe, no governo, o entendimento de que o Brasil precisa assumir algum compromisso. Caso contrário, a China e a Índia também não aceitariam obrigações --ameaçando o futuro das negociações.

Um dos negociadores disse que a flexibilização da posição brasileira é um processo que vem ocorrendo nos últimos dois a três anos. "A posição do Brasil evoluiu, assim como evoluiu a de outros países."

Barganha

Durante a reunião, a tradicional posição brasileira foi bastante criticada. O governador do Acre, Jorge Viana --cotado como um possível substituto de Marina Silva na pasta do Meio Ambiente--, disse que é hora de o Brasil sair do "corner" e rever sua posição, trabalhando uma postura de "vanguarda" com Índia e China.

O biólogo Paulo Moutinho, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), afirmou que o Brasil, por ter reduzido o desmatamento e evitado emissões de carbono, tem um "poder de barganha grande" e poderia ajudar a pressionar países ricos a assumirem metas mais ambiciosas. Referindo-se à proposta brasileira apresentada anteontem de criar um fundo voluntário para compensar países que evitaram emissões por desmatamento, Moutinho disse que o Brasil "não está pedindo esmola", mas querendo uma recompensa por um serviço que presta ao mundo.

Para a ministra Marina Silva, o Brasil está sendo bastante proativo (por combater o desmatamento), mesmo sem ter obrigações em Kyoto. "O Brasil é uma potência ambiental e tem de fazer jus [a isso]", disse. Sobre as emissões que o país evitou, Marina disse que "o Brasil é o limpador do futuro", em uma analogia ao governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, o "Exterminador do Futuro" do cinema --que tem se destacado por sua defesa do ambiente.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15523.shtml>

17/11/2006

COP de clima termina com um pequeno passo à frente para o Protocolo de Quioto

A Conferência da ONU sobre mudanças climáticas acabou hoje em Nairóbi com um bom sinal para o clima global. Os representantes dos 189 países vão levar aos seus países a missão de rever os prós e os contras do Protocolo de Quioto, entre outros temas, a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. O assunto será retomado na próxima conferência do clima, na Indonésia, em 2007.

“Houve um acordo que consideramos como um pequeno passo à frente para encontrar uma solução comum para o acordo continuar vigente depois de 2012, diz Denise Hamú, Secretária-Geral do WWF-Brasil.

Para o WWF-Brasil, a proposta do governo brasileiro de redução compensada do desmatamento, apresentada em Nairóbi, foi um passo importante dado pelo Brasil rumo ao combate às mudanças climáticas. A idéia voltará a ser discutida no final de março num workshop específico, na Austrália, sobre questões de desmatamento.

“A proposta é muito importante e representa um avanço na posição brasileira ao levantar questões sobre desmatamento em fóruns internacionais. Agora é preciso avançar em seu aprimoramento”, avalia Mauro Armelin, coordenador de Políticas Públicas do WWF-Brasil. “Após as reduções dos índices de desmatamento por dois anos seguidos, o governo não deve temer estabelecer metas nacionais claras de redução contínua do desmatamento”, completa.

Na reunião de Nairóbi houve avanço também nas discussões sobre o Fundo de Adaptação, um mecanismo financiado pelos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento possam lidar com os efeitos das mudanças climáticas. Hoje, cada projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) paga 2% do seu valor para este Fundo, mas o dinheiro ainda não está sendo empregado.

“Ainda temos um longo caminho a trilhar e pouco tempo para agir – os impactos devastadores das mudanças climáticas ao redor do globo não podem ser ignorados e os países ricos precisam assumir uma posição de liderança ao fazer o próximo passo”, alerta Armelin. “Embora tenha havido progresso nas reuniões aqui, faltou ambição necessária para superar o desafio enfrentado pelo planeta.”

Fonte: <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1924/cop-clima>

27/11/2006

Nairobi: reflexões sobre a COP-12

Brasil apresentou proposta para a criação de um fundo voluntário específico para compensar os países que reduzam o desflorestamento.

Antônio José Ludovino Lopes

Estudos científicos indicam que, em algumas décadas, muitos locais da Terra serão inabitáveis. O aquecimento do planeta deve provocar degelo nas calotas polares e a subida do nível do mar vai deixar parte de vários países submersos. Apesar dessa previsão ser considerada exagerada por alguns especialistas, a verdade é que a comunidade científica é uníssona ao afirmar que as mudanças climáticas são uma realidade. Para a geração presente e, sobretudo, para a geração futura.

O Brasil foi alvo de muitas críticas por defender que os países em desenvolvimento permaneçam sem metas obrigatórias, como previsto atualmente.



O Protocolo de Kioto surgiu justamente para amenizar as consequências das atividades antrópicas. As intervenções do homem na natureza vêm acentuando a concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre e, com isso, contribuindo para o gradativo aquecimento global, hoje apontado como o principal responsável pela mudança global do clima.

De acordo com o Protocolo de Kioto, os países industrializados comprometem-se a reduzir, no período de 2008 a 2012, a emissão dos GEE para atingir uma média global de 5,2% em relação aos níveis de 1990. Nesse período, os países em desenvolvimento deverão contribuir para esta redução, mas não terão metas a cumprir, beneficiando-se da prerrogativa de desenvolver projetos que limpem as suas matrizes e ainda tragam retorno em transferência de tecnologia e recursos financeiros.

O tema ganhou maior destaque na mídia pela recente realização da 12ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, nos dias 6 a 17 de novembro de 2006, em Nairobi, no Quênia. A COP-12 reuniu representantes de quase 200 países para discussão de propostas relacionadas ao Protocolo de Kioto e aos impactos das mudanças climáticas.

Participação brasileira

A comitiva brasileira contou com a presença de quase 100 pessoas, entre elas, representantes de Ministérios do Governo Federal, do Legislativo, pesquisadores, empresários e ONGs. Particpei, junto com meu colega Flávio Menezes, como representante da OAB/SP. Como sócios do escritório Menezes e Lopes Advogados, tivemos oportunidade de apresentar aos participantes da COP 12 a Proposta do Projeto de Lei de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo, elaborada pela própria OAB/SP em conjunto com outros escritórios de advocacia, em evento sediado pelo Banco Mundial e a IETA - International Emissions Trading Association. Isso evidenciou uma atitude pró-ativa dos juristas de São Paulo no combate aos efeitos dos gases de efeito estufa na atmosfera.

Temas abordados

Os principais assuntos abordados em Nairobi foram: a prorrogação dos compromissos assumidos pelos países para o período posterior a 2012; a revisão do texto do Protocolo de Kioto para que os países em desenvolvimento também assumam compromissos concretos de redução de emissões de GEE; e a implantação do Fundo de Adaptação.

Prorrogação - A prorrogação do Protocolo para um segundo período - de 2012 a 2016 - foi aberta para discussões nesta COP em cumprimento ao artigo 3, item 9 do Protocolo de Kioto, que determina que as negociações para os compromissos para os períodos subseqüentes deveriam ocorrer sete anos antes do término do primeiro período. Apesar das partes não terem chegado a um acordo, os países participantes concordaram que, diante do cenário atual, essa decisão deverá ocorrer nas próximas COPs.

Revisão - O segundo tema - revisão do Protocolo para fixação de metas de redução para os países em desenvolvimento - foi o que causou maior polêmica durante a COP 12. Isso em função da pressão dos países industrializados que não ratificaram o Protocolo, como é o caso dos Estados Unidos e da Austrália. O principal argumento utilizado por estes países é que, enquanto todos os países não assumirem metas concretas, o escopo do Protocolo não será atingido. Portanto, os esforços empreendidos até o momento poderão ser inócuos, especialmente porque os países em desenvolvimento encontram-se entre os maiores emissores de GEE, como é o caso do Brasil que ocupa o 4º lugar neste ranking.

Aliás, o Brasil foi alvo de muitas críticas por defender que os países em desenvolvimento permaneçam sem metas obrigatórias, como previsto atualmente. Mas não se pode esquecer que o País sempre teve uma conduta pró-ativa em relação ao Protocolo de Kioto e, como bem observado por Luiz Alberto Figueiredo Machado, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do

Itamaraty, este argumento não deve ser utilizado como única justificativa para os países industrializados não aderirem ao Protocolo.

É preciso lembrar que o Protocolo de Kioto adotou o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", segundo o qual se reconhece que os países industrializados são os principais responsáveis pelo atual quadro do aquecimento global e que, portanto, devem assumir a sua quota parte de responsabilidade no efetivo combate ao efeito estufa.

Além disso, os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL já incentivam a participação dos países em desenvolvimento, e, no caso especial do Brasil, verifica-se que o país já ocupa o 2º lugar em quantidade de projetos de MDL e o 3º lugar em reduções de emissões de gases de efeito estufa projetadas para o primeiro período de obtenção de créditos.

Fundo de Adaptação - A terceira questão envolve a implementação do Fundo de Adaptação, que está previsto no Artigo 12, item 8 do Protocolo. Também aqui, as partes não chegaram a um consenso para definir o seu órgão gestor responsável.

O Fundo de Adaptação é constituído pelo valor correspondente a 2% dos créditos advindos de atividades no âmbito de MDL e destinam-se a prestar assistência aos países em desenvolvimento vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima.

O governo brasileiro aproveitou o encontro para apresentar a sua proposta para a criação de um fundo voluntário específico para compensar os países que reduzam o desflorestamento.

Essa proposta, apesar de quase passar despercebida, vem despertando o interesse de alguns países e deve ser tema principal de uma próxima reunião a ser realizada até julho de 2007.

Balanço geral

Para quem queria ações imediatas, o resultado deixou muito a desejar, porque não foram tomadas posições definitivas. Para os moderados, mais acostumados ao ritmo das negociações internacionais, onde os mais distintos interesses se cruzam, o resultado foi positivo.

Os países saíram com a clara consciência de que precisam identificar os custos e impactos das mudanças climáticas nas suas economias e no mundo.

Precisam, também, começar a pensar num modelo de "governança climática" para o planeta que seja capaz de efetivamente evitar os efeitos desastrosos previstos pelo economista Nicholas Stern, do governo da Inglaterra.

Foi apresentado um estudo de Stern que prevê prejuízos correspondentes entre 5% a 20% do PIB mundial, ou seja, algo em torno de 7 trilhões de dólares. E que o prazo para o fazer está ficando cada vez mais curto.

A questão não é mais científica. É, agora, econômica. E, em última análise, é uma questão política. Esperemos por Bali, local provável da próxima COP, em 2007.

(*) Antônio José Ludovino Lopes é especialista em Direito Ambiental - sócio do escritório Menezes e Lopes Advogados - e esteve na COP-12, representando a OAB-SP. Na COP ele apresentou projeto de uma política paulista de mudanças climáticas.

Fonte: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2006/10/ponto173.html>

27/11/2006

Protocolo de Kioto

De Nairóbi para a Indonésia em 2007

A conferência da ONU sobre mudanças climáticas realizada, em novembro, em Nairobi (Quênia) deu um passo à frente. Delegações dos 189 países vão levar aos seus países a missão de rever os prós e contras do Protocolo de Kioto. O tema será retomado na próxima Conferência do Clima, na Indonésia, em 2007.

Segundo ambientalistas participantes, a proposta do governo brasileiro de redução compensada do desmatamento, apresentada em Nairóbi, foi um passo importante dado pelo Brasil rumo ao combate às mudanças climáticas.

A idéia também voltará a ser discutida no final de março de 2007, num workshop específico, na Austrália, sobre questões de desmatamento.

"Houve um acordo que consideramos como um pequeno passo à frente para encontrar uma solução comum para o acordo continuar vigente depois de 2012, diz Denise Hamú, Secretária-Geral do WWF-Brasil. Para Mauro Armelin, coordenador de Políticas Públicas do WWF, "após as reduções dos índices de desmatamento por dois anos seguidos, o governo brasileiro não deve temer estabelecer metas nacionais claras de redução contínua do desmatamento".

Na reunião de Nairóbi houve avanço também nas discussões sobre o Fundo de Adaptação, um mecanismo financiado pelos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento possam lidar com os efeitos das mudanças climáticas. Hoje, cada projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) paga 2% do seu valor para este Fundo, mas o dinheiro ainda não está sendo empregado.

O governo brasileiro propôs a criação de um fundo internacional que auxilie na conservação de florestas de países em desenvolvimento. Estima-se que de 20% a 25% das emissões de gases que causam o efeito estufa sejam provocados pelo desmatamento de florestas tropicais, incluindo a Floresta Amazônica, que, em ritmo acelerado de desmatamento, contribui para que o Brasil permaneça entre os dez maiores poluidores do planeta.

O Protocolo de Kioto foi assinado em 1997, com o objetivo de comprometer os países acordados a reduzirem a emissão de gases poluentes em até 5,2% com relação às emissões produzidas em 1990. Isso até 2012.

Fonte: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2006/10/kioto173.html>

28/12/2006

EXCLUSIVO – Aquecimento global: uma preocupação que ganhou força em 2006

Por ambientebrasil

Redação AmbienteBrasil

A questão do aquecimento global foi bastante discutida neste ano. A publicação, em outubro, do relatório Stern, elaborado pelo governo inglês, e a realização da principal Conferência Ambiental do mundo, a 12ª. Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-12), em Nairobi, no mês de novembro, acirram especialmente os debates, disseminando na mídia informações quanto aos efeitos catastróficos deste fenômeno.

O relatório Stern evidenciou que, se não for controlado, o aquecimento global vai devastar a economia mundial. De acordo com dados do relatório, o custo final de uma mudança climática descontrolada pode ficar entre 5% e 20% do PIB mundial a cada ano. Ainda que o relatório confirme o aquecimento global e proponha o crescimento sustentável, ele contrasta com a postura do governo americano frente ao problema, por exemplo, visto que os Estados Unidos continuaram fora do tratado de Kyoto.

Outro relatório, divulgado às vésperas da COP-12, apontou que a África vai enfrentar uma grande catástrofe se os países ricos não atuarem o mais rápido possível para reduzir os efeitos do aquecimento global no planeta. A África é o continente mais vulnerável à mudança climática e, segundo previsões de cientistas, em muitas partes do território africano o aumento da temperatura vai ser o dobro que o da média global.

Não é apenas na África, entretanto, que o aquecimento gera impactos. Conforme o “Atlas da Mudança Climática”, elaborado pelo Instituto Ambiental de Estocolmo com o apoio do Pnuma (Programa da ONU para o Meio Ambiente), diversos locais declarados Patrimônios da Humanidade podem estar ameaçados pelas conseqüências da mudança climática. Na Espanha, o relatório indica que já foram perdidas cem espécies de plantas no último século. No Peru, o derretimento acelerado das geleiras pode causar a ruptura de lagos glaciais e ameaça o parque Chavín de Huantar, que abriga tesouros pré-incas. Na Tailândia, as inundações já danificaram ruínas com 600 anos de Antigüidade e 12 mil sítios arqueológicos da Escócia estão vulneráveis à erosão e ao aumento do nível do mar.

Além disso, o lago de água salgada mais elevado do mundo, no Tibet, expandiu-se mais de 3% nas últimas décadas e, de acordo com os cálculos mais pessimistas dos cientistas, 64% das geleiras chinesas vão derreter até 2050.

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – apontou, no mês de novembro, que a mudança climática põe em risco a alimentação de humanos, já que ela gera impacto sobre a agricultura, a silvicultura e a pesca. Assim, torna-se mais difícil o desafio de alimentar a crescente população mundial. A Organização ressalta que a bioenergia tem um papel importante na adaptação a essa mudança climática.

Protocolo de Kyoto – COP-12

Na COP-12, realizada no mês de novembro em Nairobi, representantes do governo brasileiro disseram que o país flexibilizou sua posição e poderá assumir metas em uma segunda fase do Protocolo de Kyoto, a partir de 2012. A afirmação quebrou a tradicional dureza do Brasil nas discussões sobre mudança climática, em que o país sempre defendeu que não iria negociar obrigações futuras antes que as nações ricas cumpram metas de redução dos gases que colaboram para o efeito estufa (GEE).

Durante a Conferência, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, registrou nas discussões que o Brasil está sendo bastante proativo, já que combate o desmatamento mesmo sem ter obrigações efetivas com o Protocolo de Kyoto. Outro integrante da delegação brasileira disse que existe, no governo, o entendimento de que o Brasil precisa assumir algum compromisso. Caso contrário, China e Índia também não aceitariam obrigações – ameaçando o futuro das negociações. A posição brasileira foi bastante criticada (leia na matéria **Brasil é indicado para receber troféu pejorativo na COP-12, em Nairobi**).

A COP-12, enfim, teve como resultados a aprovação da realização de uma nova revisão do Protocolo em 2008, a revisão das regras do fundo que ajudará os países pobres a se adaptarem à mudança climática e a aprovação de que o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) seja mais equilibrado geograficamente, já que atualmente possui somente nove de seus 400 projetos focados na África.

Tempestades, furacões, terremotos: conseqüências do aquecimento global?

Já no início do ano uma tempestade bastante forte ganhou força e quase se transformou em furacão. A inesperada tempestade tropical Zeta aconteceu no meio do oceano Atlântico, em janeiro, e tinha ventos de 100 km/h. Outra

tempestade, que ganhou o status de furacão, entretanto, atingiu o litoral Sul do Haiti com chuvas fortes e ventos, no mês de agosto, e deixou a Flórida em estado de alerta. Também em agosto o chamado furacão John ganhou força e fez com que o México ficasse em alerta, já que possuía ventos de 220 km/h. Esses e outros acontecimentos, como a tempestade tropical Lane, ou o furacão Helene, que aconteceram em setembro, exemplificam fenômenos da natureza que talvez expressem uma espécie de reação da mesma sobre ação do homem no meio ambiente.

No mês de julho, a Indonésia recebeu alerta de um tsunami 45 minutos antes da tragédia. Sem um sistema automatizado na região para repassar o aviso aos habitantes das comunidades locais, a retirada de um número significativo de pessoas ficou inviável. Hospitais da região ficaram lotados e o tsunami causou a morte de 350 pessoas.

Na Argentina, um terremoto de magnitude 6,7 estremeceu o noroeste do país no dia 14 de novembro e foi sentido também na cidade de São Paulo, onde a terra tremeu por cerca de um minuto.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/exclusivas/2006/12/28/28589-exclusivo-aquecimento-global-uma-preocupacao-que-ganhou-forca-em-2006.html>